**QUESTÕES PARA DISCUSSÃO**

1. Explique a diferença entre hiato recessionário e hiato de produto, por meio do auxílio de um gráfico. Aponte qual dos dois é maior e analise como essas duas medidas estão relacionadas com a propensão marginal a consumir.

2. Keynes argumentou, durante a Grande Depressão, que era melhor para o governo construir pirâmides do que não construir nada. Você concorda?

3. Quais as vantagens em utilizar a política de cortes nos impostos, no lugar de aumento nos gastos governamentais para estimular a demanda agregada? Quais as desvantagens? No caso de ser necessário uma política restritiva, por qual das alternativas você optaria? Por quê?

4. A tentativa de equilibrar anualmente o orçamento pode constituir-se numa armadilha para os responsáveis pela política econômica. Explique por que a regra do orçamento equilibrado leva a políticas incorretas durante a recessão.

5. De acordo com o texto apresentado combinado ao que foi exposto na aula comente como seria elaborada a política fiscal de um país que tem o objetivo de estimular a demanda agregada e combater o desemprego? Por outro lado, como seria a dinâmica para restringir a demanda agregada e combater a inflação?

*A política fiscal ocupa papel central na avaliação da política econômica recente e várias vozes clamam por ajustes considerados necessários à retomada do crescimento. O debate focado na política fiscal é complexo porque esconde várias agendas de difícil conciliação. É preciso reconhecer, inicialmente, que a agenda fiscal não é única, variando no tempo segundo o papel que ocupa no regime de política econômica e na estratégia de desenvolvimento. Além disso, as agendas se sobrepõem e são implementadas de forma simultânea, provocando movimentos ambivalentes, decorrentes da obrigação de contemplar objetivos e interesses diferenciados. A dificuldade em superar os conflitos acaba exigindo a definição, a cada momento, de certa combinação das diferentes agendas, alterando a ênfase a ser dada a cada uma delas de acordo com a necessidade da política econômica e dos interesses em disputa.*

LOPREATO, Francisco LC; PAIVA, C. C. A política fiscal brasileira: limites e entraves ao crescimento. **Texto para discussão**, n. 131, 2007.

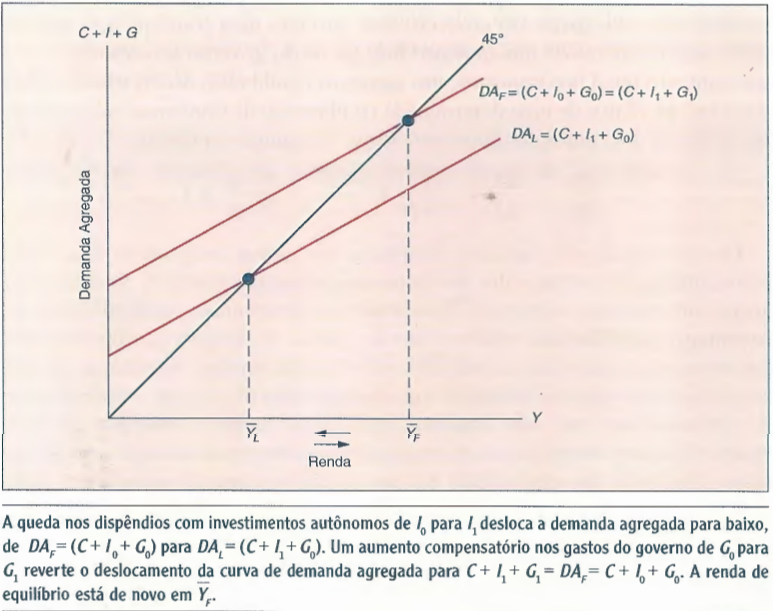
Disponível: <file:///C:/Users/6459055/Downloads/texto131.pdf>

**Política Fiscal na Prática**

Um exemplo de política de estabilização fiscal dentro da estrutura keynesiana é o corte nos impostos da administração Kennedy-Johnson, em 1964, nos Estados Unidos.

Uma grave recessão havia ocorrido em 1958, durante a qual a taxa de desemprego atingiu 6,8%. A recuperação dessa recessão teve vida curta. A economia voltou a afundar numa recessão em 1960, o que, na opinião de muitos, custou a Richard Nixon a presidência naquele ano, em sua primeira tentativa para o cargo. A administração Kennedy tomou posse em 1961, com um programa para "colocar a economia de novo em movimento" - designado "a nova economia" -, que se baseava na **aplicação da teoria keynesiana à política macroeconômica**. Ela propôs um **grande corte nos impostos da pessoa física e jurídica** (famílias e firmas). Consultores econômicos acreditavam que a demanda agregada estivesse muito baixa para que a economia operasse em nível de pleno emprego ou de produto potencial. A taxa de desemprego em 1961, por exemplo, foi de 6,7%, comparada com os 4,0% considerados naquele ano como "pleno" emprego.

**Figura 1: Política Fiscal de Estabilização**



Nos termos da Figura 1, a economia americana no início da década de 1960 estava nesse ponto em YL. O corte nos impostos tinha a finalidade de deslocar a curva de demanda agregada para cima, para levar a economia a produto potencial (YF na Figura 1).

Os cortes de impostos não foram aprovados pelo Congresso, principalmente porque os líderes congressistas estavam preocupados com o déficit orçamentário que iriam criar. Após o assassinato de Kennedy, o presidente Lyndon Johnson convenceu o Congresso a dar força de lei ao corte nos impostos em 20% para as pessoas físicas e 10% para as jurídicas, no início de 1964. Depois, o produto e o emprego cresceram rapidamente, com a taxa de desemprego caindo para 4,8% no início de 1965 e para 3,8% em 1966. Este foi o ponto alto de influência da teoria keynesiana da política fiscal. À medida que crescia o envolvimento dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã no período 1966-1968, aumentaram os gastos do governo com defesa. Esse aumento na demanda agregada, com a economia já em seu produto potencial, gerou pressões inflacionárias. Nos termos da Figura 1, a curva de demanda agregada estava sendo empurrada para além do nível compatível com o produto potencial (YF). Os anos 1960 demonstraram que, na prática, a política fiscal poderia tanto desestabilizar como estabilizar a economia.

**Discussão:**

Como a renda de equilíbrio é afetada pelas mudanças nos **Gastos do governo e nos impostos**, esses instrumentos da **política fiscal** podem ser usados de várias formas, visando eliminar os efeitos das mudanças indesejáveis **na demanda privada por investimentos**. Em outras palavras, o governo pode utilizar esses instrumentos da **política fiscal para estabilizar os dispêndios autônomos totais e também a renda de equilíbrio**, mesmo que o componente investimentos dos dispêndios autônomos mostre-se instável. Um exemplo de política de estabilização fiscal está ilustrado na Figura 1. Supõe-se que a economia esteja em equilíbrio em nível de pleno emprego (potencial) YF., sendo a demanda agregada em DAF igual a (C+ I1 + G0). Supomos que, a partir desse ponto, os investimentos autônomos caiam de I0 para I1, como resultado de uma mudança desfavorável nas expectativas das firmas. Na ausência de uma ação de política, a demanda agregada cai para DAL igual a (C + I1 + G0). Em YL o novo nível de equilíbrio da renda está abaixo do nível de pleno emprego.

Dentro do modelo, uma resposta de política econômica adequada seria aumentar os gastos do governo o suficiente para recuperar o equilíbrio em YF. No gráfico, os gastos do governo, de G0 para G1, desloca a curva de demanda agregada de volta para DAF, agora igual a (C + 11 + G1). Alternativamente, poder-se-ia utilizar de um corte nos impostos para recuperar o nível inicial de demanda agregada. Como o multiplicador dos impostos é menor, o corte apropriado dos impostos precisaria ser maior que o aumento necessário nos gastos para gerar os mesmos efeitos finais, mas, em tese, isso não apresentaria nenhum problema em particular.

Valendo-se do caso norte-americano de 1964, e da discussão subsequente do deslocamento da curva de Demanda Agregada ilustrada pela Figura 1, leia atentamente o artigo abaixo:

**Sergio Lamucci: As incertezas fiscais e o efeito sobre a retomada**

***Se persistirem as incertezas fiscais, a recuperação da economia, que já terá desafios como a fraqueza do mercado de trabalho e o fim do auxílio emergencial, será ainda mais difícil***

As incertezas em relação às contas públicas brasileiras em 2021 aumentaram ainda mais nos últimos dias, por causa da confusão quanto **ao financiamento de um programa de transferência de renda** mais amplo que o Bolsa Família e das rusgas entre os ministros Paulo Guedes e Rogério Marinho. Para completar, pioraram as perspectivas de avanço da **reforma tributária e da administrativa**. Se os juros futuros seguirem em alta e o câmbio continuar a se desvalorizar**,** como reflexo do **agravamento dos riscos fiscais**, **a recuperação da economia poderá ser ameaçada**, num quadro de deterioração das condições financeiras. Os juros básicos em níveis ineditamente baixos ficarão em xeque.

A Selic a 2% ao ano é um dos maiores trunfos para o pós-pandemia. A avaliação dominante é que a taxa poderá continuar nesse nível por alguns trimestres, apesar da alta forte dos preços dos alimentos, um reflexo da disparada da inflação no atacado, devido à desvalorização do câmbio e ao aumento das commodities. O ponto é que a ociosidade na economia é monstruosa, o que tem se traduzido em preços de serviços em níveis muito baixos, inferiores a 1% no acumulado em 12 meses.

Além disso, as expectativas de inflação estão sob controle. As previsões apontam para um IPCA abaixo das metas perseguidas pelo Banco Central (BC) em 2020 e 2021 e exatamente no alvo em 2022 e 2023.

A continuidade dos juros nos atuais níveis é fundamental para impulsionar a economia, que amargou uma recessão cavalar entre o segundo trimestre de 2014 e o quarto trimestre de 2016, cresceu a uma taxa um pouco superior a 1% ao ano em 2017, 2018 e 2019 e terá o maior tombo da história em 2020, por causa do impacto da pandemia. Os efeitos das taxas baixas ficam claros no “crescimento expressivo de setores sensíveis a crédito – principalmente o imobiliário e, em segunda medida, o de vendas de automóveis”, como nota, em relatório, o Itaú Unibanco. Além disso, **os juros menores contribuem para aliviar a situação fiscal, num cenário em que a dívida bruta se encaminha para 100% do PIB**. Para completar, taxas baixas ajudam a situação financeira de empresas e famílias.

Colaborar para que os juros possam seguir nos níveis atuais deveria ser uma das prioridades do governo. Isso exigiria um **compromisso firme com o ajuste das contas públicas**, necessário num país que tem uma dívida elevada, com taxas variáveis e prazos relativamente curtos. O que se vê, porém, não é isso. Os sinais são de que, para montar o programa de transferência de renda, não há disposição de tomar decisões difíceis. A percepção é que o teto de gastos será furado em 2021 por meio de algum subterfúrgio. Na semana passada, houve o anúncio da ideia estapafúrdia de financiar o Renda Cidadã com parte dos recursos destinados ao pagamento de precatórios e ao Fundeb (o fundo para complementação da educação básica). A proposta foi bombardeada pelos especialistas em contas públicas, que classificaram a iniciativa de usar dinheiro dos precatórios como “contabilidade criativa” e “pedalada fiscal”. O ministro da Economia, Paulo Guedes, se disse por fim contrário à medida, mas esteve presente no anúncio da proposta, não se opondo naquele momento a ela. Nesse cenário, há uma piora significativa dos preços dos ativos brasileiros. Os juros futuros e o risco país aumentam, o câmbio se deprecia e a bolsa cai.

Essa combinação leva a um aperto das condições financeiras. Nas estimativas do ASA Investments, “mantidos os patamares atuais de nível de juros futuros, risco país, índice Bovespa e outros indicadores, teríamos o crescimento econômico de 2021 reduzido para 1,2%, contra nossa projeção de 2,1%, já substancialmente abaixo do consenso Focus, de 3,5%”, aponta a instituição. **“Teríamos um crescimento pífio, que nos condenaria a manter uma taxa de desemprego praticamente inalterada ao longo de 2021, em torno de seu recorde histórico de 16%, número que estimamos para o final deste ano”,** dizem os economistas do ASA. Se o câmbio ficar muito pressionado, os aumentos de preços, hoje concentrados principalmente nos alimentos, podem se disseminar. As expectativas de inflação começariam a piorar, levando o BC a ter que elevar a Selic prematuramente.

Fazer um programa de transferência de renda mais amplo é uma ideia que faz todo o sentido num país tão desigual quanto o Brasil. A proposta, contudo, precisa ser bem desenhada. É possível concebê-la e executá-la sem recorrer a malabarismos fiscais, como usar recursos dos precatórios. Mas isso requer decisões complexas e eventualmente impopulares, como unificar programas sociais já existentes.

Adotar **medidas para tentar driblar o teto de gastos vai piorar o risco fiscal**, elevando ainda mais os juros futuros e a cotação da moeda americana. O teto tem problemas, como a dificuldade para acionar os gatilhos que controlariam em especial os gastos com o funcionalismo. Além disso, as despesas não financeiras da União só poderão aumentar 2,13% em 2021, o que levará a cortes expressivos nos gastos discricionários (como custeio da máquina e investimento). Trata-se, porém, da âncora fiscal que dá alguma previsibilidade para as contas públicas do país. **Uma eventual mudança do teto precisaria ser conduzida com muita habilidade, combinada a medidas que reduzam a rigidez do orçamento – como uma reforma administrativa de fato ambiciosa – e aumentem o potencial de crescimento da economia – como a reforma tributária.**

A administração de Jair Bolsonaro vai na direção oposta. A disputa entre Guedes e o ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, evidencia a falta de rumo do governo de um presidente que só pensa na reeleição e não se dispõe a contrariar grupos de interesse. A percepção crescente é que não haverá iniciativas para deter a **expansão das despesas obrigatórias e que a agenda de reforma vai ficar à deriva**. Marinho e a ala política do governo planejam medidas que tendem a furar o teto, num quadro de isolamento cada vez maior de Guedes.

Se persistirem as **incertezas fiscais**, a recuperação da economia, que já terá desafios como a fraqueza do mercado de trabalho e o fim do auxílio emergencial, será ainda mais difícil. **As condições financeiras apertadas vão minar a retomada e o cenário para o investimento seguirá turvo, afetando o crescimento** de um país que desde 2014 exibe um desempenho econômico lamentável.

**Fonte:**

Valor Econômico

<https://valor.globo.com/brasil/coluna/as-incertezas-fiscais-e-o-efeito-sobre-a-retomada.ghtml>

Agora, discorra sobre o artigo de Lamucci, utilizando os conceitos apresentados em aula e na discussão do caso norte-americano. Atenha-se apenas a elementos de **Política Fiscal**, guie-se pelos termos destacados no texto, explorando as variáveis: Consumo, Investimento e Gastos Governamentais e Demanda Agregada.